

Um guia para a reforma tributária

Igor Barenboim, Jornal do Brasil

DA REDAÇÃO - A literatura sobre melhores práticas para a tributação evoluiu muito a partir da década de 70. Muito do que se aprendeu já teve impacto sobre as políticas tributárias das principais economias do mundo, no entanto o Brasil ainda desfruta pouco desse novo conhecimento. Ao meu ver, está ora em curso nova revolução do pensamento sobre tributação, o que configura ótimo momento para aperfeiçoarmos nosso sistema tributário de forma ampla, acertando as arestas dos remendos feitos desde os anos 60.

Este artigo objetiva resumir os principais resultados da literatura econômica para o desenho de um sistema tributário acertado. São eles: (1) O quadro de alíquotas mais adequado para o imposto de renda deve depender da distribuição de habilidades na população para gerar proventos; (2) Apenas bens de consumo devem ser taxados e essa taxaçaõ deve ser razoavelmente uniforme; (3) A renda sobre o capital deve ser taxada apenas para evitar a evasão de outras modalidades de taxaçaõ; (4) Os impostos não devem contemplar apenas a renda atual, mas também o histórico de renda dos indivíduos.

A proposição de James Mirrlees de que o quadro de alíquotas do imposto de renda deve depender da distribuição de habilidades de gerar proventos na população se dá porque o governo no intento de redistribuir renda dos mais afortunados para os menos habilidosos, acaba por desincentivar o esforço e o trabalho dos mais hábeis. A chave para o nível ótimo de taxaçaõ é o equilíbrio entre a redistribuição e a eficiência econômica.

A primeira consequência desta idéia é que o imposto de renda deve aumentar em pontos da distribuição de habilidades pouco populosos de forma a não desincentivar o esforço de muitos. Na maioria das simulações feitas por colegas de profissão, temos que o esquema de taxaçaõ ótima da renda é muito perto de uma alíquota única de imposto. Alíquota única significa que os mais ricos pagam proporcionalmente mais impostos. Esse resultado é surpreendente, afinal, por que

não taxar os mais ricos com alíquota maior? A lógica por trás disso é a seguinte: se a alíquota crescer muito em um ponto alto da distribuição de renda, o governo incentivará uma série de indivíduos com alta capacidade a não se esforçar e receber bolsa do erário.

A literatura também traz lições importantes sobre a taxação de bens e serviços. Ela nos diz que bens intermediários devem ter taxa zero e que a alíquota para bens de consumo deve ser bastante uniforme entre os bens. Claro que existem exceções, bens que causam poluição devem ter taxa maior, por exemplo, mas em geral a alíquota deve ser uniforme.

A intuição para esses resultados é a seguinte: ao se taxar bens intermediários o governo distorce a escolha do setor privado de forma potencialmente perniciosa. Um caso extremo é uma taxa excessiva do plástico de modo que fosse mais barato fazer copos descartáveis de metal. A lógica para a taxa uniforme de bens de consumo é que a redistribuição de renda é feita de modo mais eficaz pelo imposto de renda, alíquotas maiores para bens de luxo não cumprem o papel do mesmo modo porque pessoas de menor habilidade podem gostar desse tipo de bem.

Pela lógica acima descrita, a ótima taxa para a renda do capital é zero, afinal capital é um bem intermediário. No entanto, não taxar lucros corporativos implica em uma janela para evasão fiscal, com trabalhadores operando como empresas prestadoras de serviço. Portanto, a taxa de lucros deve existir na prática, mas não deve exceder a taxa da renda do trabalho.

Até agora todas as recomendações descritas já eram bem conhecidas no fim dos anos 70. Falemos então da nova onda de conhecimento sobre o assunto, produzida principalmente por Golosov, Kocherlakota, Tsyvinski e Werning. Esse grupo tem olhado o problema de taxa de forma dinâmica, ou seja, o imposto ótimo não só deve depender da renda do indivíduo naquele momento, mas da habilidade dele poder gerar renda no futuro e da renda gerada por ele no passado. A ideia é que o sistema tributário deve ser capaz de incentivar alguém que já gerou renda no passado a continuar o feito no futuro. O sistema deve também

estimular indivíduos a se capacitarem para gerar renda. Ou seja, a alíquota de imposto deve depender da idade, nível educacional, da poupança e da renda. Este ensaio serve apenas como um guia para os que tentam desenhar um novo sistema tributário capaz de tornar o Brasil mais próspero. Claro que receitas acadêmicas são potencialmente explosivas se mal adaptadas à prática, vide a derrocada de Thatcher ao implementar a taxa fixa para as comunidades locais na Inglaterra. Mas ignorar o conhecimento é incompetência muito maior que ignorar experiências fracassadas pelo mau uso dele.

*PhD em economia por Harvard e subsecretário de administração da cidade do Rio de Janeiro